

EDMUND CLOWNEY

COMO

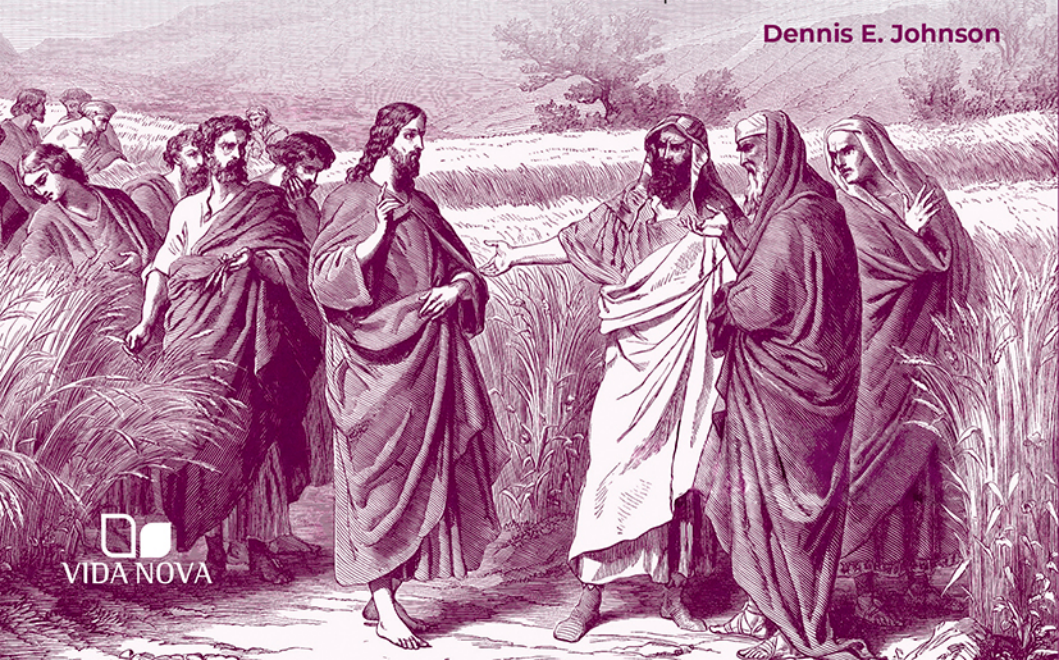
EDITADO POR
REBECCA CLOWNEY

CRISTO

TRANSFORMA OS
DEZ MANDAMENTOS

O Dr. Clowney mostrou como o Senhor da
Lei revelou sua plenitude tanto em seus
ensinamentos quanto em sua observância.

Dennis E. Johnson



SUMÁRIO

<i>Prólogo</i>	7
<i>Prefácio</i>	11
1. O Senhor da aliança cumpre a Lei: Jesus e os Dez Mandamentos	17
2. O Primeiro Mandamento: um único Deus e Salvador.....	27
3. O Segundo Mandamento: adoramos a imagem exata do Deus invisível.....	39
4. O Terceiro Mandamento: reverenciar o nome de Deus	53
5. O Quarto Mandamento: descansar no Senhor	65
6. O Quinto Mandamento: a família de Deus.....	81
7. O Sexto Mandamento: o Senhor da vida.....	93
8. O Sétimo Mandamento: pureza em Cristo.....	105
9. O Oitavo Mandamento: o Senhor da herança.....	121
10. O Nono Mandamento: o Senhor, a verdade	137
11. O Décimo Mandamento: buscar o Rei e seu reino	157
12. Conclusão	165
<i>Índice de passagens bíblicas</i>	169

PRÓLOGO

Este livro, como todas as obras de meu pai, nasceu de sua paixão pela igreja e por Jesus, o Senhor da igreja. Este livro em particular teve seu início como uma série de ministrações de escola bíblica dominical para adultos na Christ the King Presbyterian Church [Igreja Presbiteriana Cristo Rei] em Houston, Texas, onde meu pai aceitou um pastorado em período integral por dois anos como pastor auxiliar com a idade de 82 anos. Na época, ele estava escrevendo um livro mais longo sobre um assunto totalmente diferente, mas as necessidades da igreja tomaram precedência, e ele iniciou a série sobre os Dez Mandamentos. Os dois projetos avançaram lentamente e, à medida que a idade foi afetando a energia e a concentração de meu pai, tornou-se evidente que ele deveria terminar o livro mais curto antes de voltar sua atenção para a obra mais longa.

Em 2002, meus pais se mudaram para Charlottesville, Virgínia, onde meu pai assumiu uma posição honorífica de teólogo na Trinity Presbyterian Church [Igreja Presbiteriana Trinity], uma igreja em que havia atuado com posição semelhante de 1984 a 1990. Quando visitei meus pais, meu pai e eu sempre conversávamos sobre as obras que havia escrito. Seu estilo de escrever expressando de modo minucioso e direto o que pensava havia se tornado um pouco extremado, e ele me pediu para arejar o texto, suavizar as transições e adicionar algumas ilustrações à obra em questão. Em novembro de 2004, trabalhamos juntos para revisar e ajustar alguns dos capítulos mais curtos, usando as anotações de suas ministrações

da escola bíblica dominical. Levei o manuscrito comigo para a Califórnia, deixando meu pai livre para trabalhar no livro mais longo. Quando terminei as alterações e os acréscimos, enviei o material para que ele o aprovasse. Meu toque editorial está mais presente neste livro do que em um ou dois outros em que ele pediu minha participação. No entanto, meu pai leu e aprovou todas as alterações no manuscrito, e no início de fevereiro de 2005 enviei os arquivos para a editora.

No dia 26 de fevereiro, enquanto eu me levantava para ajudar minha mãe a aspirar a casa como sempre ocorria nos sábados, meu pai caiu e quebrou o sacro. Durante sua internação em virtude da queda, surgiram várias complicações que por fim o arrasaram. Em 8 de março, no mesmo dia em que peguei o voo da Califórnia para a Virgínia para ficar com meus pais, recebi a confirmação por e-mail de que o manuscrito havia sido aceito para publicação. Naquela noite, quando cheguei ao Hospital da Universidade da Virgínia, repassei a boa notícia ao meu pai. O rosto dele brilhou, e ele me deu um sinal de positivo. “Pai”, eu disse, “você precisa ficar bom agora para poder assinar o contrato”. Mas foi sua esposa de 63 anos, Jean Clowney, quem assinou o contrato. No Domingo de Ramos (20 de março de 2005, às 18h30), com a cabeça acomodada nos braços da minha mãe e na presença de sua família que orava ao seu lado, meu pai nos deixou para adorar seu amado Cristo no céu, com os anjos e aquela “grande nuvem de testemunhas” — os muitos cristãos fiéis que já estão na presença do seu Salvador. Portanto, tem sido uma honra penosa fazer alguns ajustes editoriais e supervisionar o processo de levar este livro até sua publicação.

Nas últimas semanas de sua vida, meu pai (nunca conhecido por seu talento musical) ganhou reputação como cantor. Confortado pelos hinos cantados por sua família e amigos da Trinity Church, ele próprio estava muito ansioso para cantar os louvores a Cristo que havia entoado no pronto-socorro, mesmo com a máscara de oxigênio cobrindo nariz e boca. Quando foi instalado e acomodado

em seu quarto no hospital, as enfermeiras sussurravam: “Esse é o homem que cantava no pronto-socorro!”. A voz do meu pai não silenciou com sua morte. Este livro, com os outros que ele escreveu, continuará a entoar: “Proclamarei o teu nome aos meus irmãos; na assembleia te louvarei” (Sl 22.22).

Rebecca Clowney Jones
Escondido, Califórnia
Janeiro de 2007

PREFÁCIO

Todo verão, no sudoeste da Filadélfia, onde fui criado em uma casa geminada antes que houvesse ar-condicionado, participei da escola bíblica de férias na Westminster Presbyterian Church [Igreja Presbiteriana de Westminster]. Lá, quando eu tinha dez anos, me esforcei muito para memorizar o *Breve Catecismo de Westminster* para que eu pudesse receber minha *Bíblia de Estudo Scofield* — com capa de couro legítimo! Eu a usei por anos, extraindo muitas informações de suas notas. Mas, à medida que lia e estudava aquela Bíblia, me deparei com uma nota confusa sobre a Oração do Pai-Nosso. Dizia que eu não deveria orar o Pai-Nosso, porque a oração não dizia respeito à era da igreja. Se a proferisse, estaria orando com “base na Lei”. Essa oração foi redigida somente para o reinado milenar de Cristo, quando os cristãos novamente estariam sob a Lei. Somente então poderíamos orar para que nossos pecados fossem perdoados com base em nossa justiça, já que perdoamos nossos devedores.

Esse conselho não me agradou. Afinal, tinha acabado de memorizar todas aquelas perguntas do *Breve Catecismo* sobre a lei de Deus e da Oração do Pai-Nosso. O Catecismo presumia que eu ainda devia levar a sério os mandamentos de Deus: Pergunta 42: “O que é a síntese dos Dez Mandamentos?”. Resposta: “A síntese dos Dez Mandamentos é: Amar ao Senhor, nosso Deus, com todo o coração, com toda a alma, com todas as forças e com todo o entendimento e ao próximo como a nós mesmos”. O Catecismo também recomendava a Oração do Pai-Nosso. Em relação a perdoar os outros,

o Catecismo me ensinou: “Oramos, para que Deus, por amor a Cristo, perdoe livremente todos os nossos pecados; que nós somos encorajados a pedir, porque pela sua graça somos capacitados a perdoar os outros de coração”.¹ Fiquei intrigado com a pergunta: Que lugar os Dez Mandamentos ocupam agora na vida cristã?

A Bíblia Scofield e sua influência

Até a Bíblia de Estudo Scofield ser publicada, a maior parte do estudo da Bíblia era baseado em formulações doutrinárias, apoiadas por textos-prova. A Bíblia Scofield, no entanto, prestou atenção à história da Bíblia e às épocas ou períodos da revelação de Deus. Como uma criança de dez anos, eu não entendia as diferenças entre o Dr. Scofield e as pessoas que elaboraram o Catecismo que me esforcei tanto para memorizar. A Bíblia Scofield ensinava o dispensacionalismo, enfatizando as diferenças entre os períodos da história bíblica. Na verdade, a ideia de períodos ou eras não era estranha aos padrões de Westminster, uma vez que os teólogos de Westminster enfatizaram os períodos da história da salvação, até mesmo usando a palavra “dispensação”. A Confissão de Westminster faz distinção entre a aliança de obras, feita com Adão no Jardim do Éden, e a aliança da graça “na qual ele ofereceu gratuitamente aos pecadores vida e salvação por meio de Jesus Cristo...”.

A graça de Deus atravessa diretamente o Antigo e o Novo Testamentos, como um fluxo constante e inesgotável. Mesmo assim, Deus administrou sua aliança da graça de maneira diferente na época da Lei e na época do evangelho. A Confissão conclui o capítulo sobre as alianças de Deus, dizendo: “Não há, portanto, duas alianças da graça que diferem em sua essência, mas uma única sob

¹*Westminster Confession of Faith, together with the Larger Catechism and the Shorter Catechism* (Atlanta: CE&P, Presbyterian Church in America, 1990), perguntas 42 e 105 [publicados individualmente em português por Cultura Cristã sob os títulos *Confissão de Fé de Westminster*, *Catecismo maior de Westminster* e *Catecismo menor de Westminster*].

várias dispensações”. A Confissão reconheceu que Deus *administra* o caminho da salvação em períodos específicos, usando a palavra “dispensação” no sentido de “administração”.

Sobre essa questão, J. Nelson Darby, um estudioso do Plymouth Brethren [Irmãos de Plymouth] na Inglaterra, foi além da Assembleia de Westminster. Ele ensinou que as dispensações diferiam em *essência*, e que diferentes épocas, portanto, apresentavam diferentes *meios* de salvação. Na opinião de Darby, a aliança mosaica era uma aliança de *obras* — guardar a Lei sob esta dispensação granjearia a salvação. A aliança com Abraão, porém, era uma aliança de *promessa*. Essa é a visão mais radical das diferentes “épocas/eras” que fui descobrindo enquanto lia minha Bíblia Scofield. De acordo com essa abordagem, os autores do Antigo Testamento não puderam antever a “era da igreja”. O relógio da profecia deles parou quando iniciou a era da igreja. Quando os judeus rejeitaram Jesus, começou um parêntese na história da profecia. A aliança da Lei foi suspensa e retornará somente quando Jesus voltar no milênio, momento em que a salvação novamente será pelas obras — em obediência a Cristo, que reinará no trono de Davi.

Essa interpretação das Escrituras tem sido chamada de interpretação “dispensacionalista”. Essa visão enfatiza fortemente as diferenças entre cada época. Embora muitas vezes tenha sido rejeitada (porque tem perigos, como veremos), serviu a um propósito para muitos cristãos, dando-lhes uma noção valiosa de que a Bíblia apresentava uma cosmovisão. Para interpretar a Bíblia corretamente, é preciso entender sua estrutura mais ampla. À medida que amadureci em minha própria fé, percebi que nem todos entendiam a estrutura da Bíblia da maneira que a Bíblia Scofield a apresentava. Muitos argumentaram de modo contumelioso que a graça sempre precisa ser a fonte da salvação. Com o passar do tempo, muitos professores dispensacionalistas começaram a mudar seus pontos de vista em comparação com os de Darby nesse ponto central.

Diálogo reformado-dispensacionalista

Esse assunto agora parece desatualizado. Muitos cristãos hoje não sabem o que significa a palavra “dispensacionalista” ou que importância ela ainda exerce em nossa maneira de pensar sobre o mundo. No entanto, ela já teve grande influência na maneira em que os cristãos pensam sobre a Lei em particular e também sobre outros aspectos da vida cristã. Houve uma época em que os cristãos dispensacionalistas e os cristãos reformados não se respeitavam mutuamente e, portanto, na verdade não ouviam uns aos outros. Em épocas recentes, contudo, encontraram mais pontos em comum.

Percebendo que a graça de Deus sempre precisa operar na salvação, muitos dispensacionalistas não ensinam mais que a salvação foi por obras no Antigo Testamento. Essa constatação abriu diálogo com os seminários reformados, que sempre se opuseram ao dispensacionalismo nesse ponto. Outro fator que incentivou o diálogo é o crescente apreço pela teologia bíblica em seminários reformados. Pensadores reformados passaram a perceber que a Bíblia não tem a forma de um dicionário. A Bíblia apresenta histórias, as quais estão todas ligadas a uma única história mais ampla. Logo, como os dispensacionalistas afirmam que a graça de Deus é a fonte da salvação em ambos os Testamentos, e como os pensadores reformados ensinam a história da salvação, ambos os campos se uniram para reconhecer o desenrolar das riquezas da revelação de Deus nas Escrituras.

“Teologia bíblica” é o termo agora usado no sentido peculiar de teologia que não é somente bíblica, mas extraída da história da revelação na Bíblia. A *Confissão de Fé de Westminster* e os *Catecismos Maior e Breve* seguiram o método temático, começando com a pergunta a resposta: “Qual é o fim [propósito] principal do homem? O fim principal do homem é glorificar a Deus e desfrutá-lo para sempre”. O ensino da Bíblia é resumido tematicamente: “As Escrituras antes de tudo ensinam o que o homem deve crer a respeito de Deus e o que Deus exige do homem”.

A teologia bíblica, em contraste, sintetiza o ensino da Bíblia seguindo a história da revelação de Deus nos períodos ou épocas da obra de Deus na criação e na redenção. A teologia bíblica segue a *história* da Bíblia, não os *temas* encontrados na Bíblia. Como disciplina de estudo, a teologia bíblica foi trazida para este país [Estados Unidos] da Europa, particularmente da Alemanha e dos Países Baixos. No Princeton Seminary, Geerhardus Vos (1862-1949) lecionou a disciplina a estudantes que mais tarde lecionaram no Princeton Seminary e no Westminster Seminary.

A história sem fim

A partir do livro de Gênesis, a Bíblia segue a história da Semente da promessa — o Filho da mulher que por fim precisa vir para esmagar a cabeça da Serpente. Para traçar a história da redenção na história bíblica, precisamos reconhecer os períodos ou épocas dessa história. O dispensacionalismo corretamente reconheceu as diferenças entre esses períodos. Contudo, errou quando permitiu que as diferenças quebrassem a continuidade da história da aliança.

Eu ressaltei as diferenças entre minha Bíblia Scofield e o Catecismo de Westminster, mas a minha pergunta original não foi respondida. Qual o papel da Lei na história de redenção? Se a Lei de Moisés não pode oferecer salvação pelas obras, como ela prepara para a vinda de Cristo? Por que Deus exigiu obediência à sua Lei, se ela nunca podia nos levar até ele?

Jesus mostrou que a Lei revelada por Deus no Antigo Testamento era, por si só, uma espécie de profecia, uma parte da história da aliança. Essa história, incluindo a Lei, apontou para o que viria. Nesse sentido, Jesus cumpriu a Lei não apenas cumprindo-a perfeitamente para nós, mas também ao transformar nossa compreensão dela. Cristo não apenas obedeceu à Lei, mas também demonstrou seu verdadeiro significado e profundidade.

Por exemplo, analisemos o Grande Mandamento: “Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma e de

todo o seu entendimento” (Mt 22.37). Jesus transformou tanto esse mandamento quanto o segundo semelhante a ele: “Ame o seu próximo como a si mesmo” (Mt 22.39). A interpretação de Jesus dessa lei e a aplicação dela em sua própria vida são radicais. Ele redefine tudo, desde o termo “próximo” até o significado de amar a Deus. O amor de Jesus por Deus Pai era tão grande que ele estava disposto a ser amaldiçoado pelo Pai para cumprir o plano de salvação do Pai para aqueles que o Pai lhe dera. O amor de Jesus pelo próximo era tão grande que ele abdicou de sua vida em prol daqueles “próximos” (que o odiavam). Uma percepção tão profunda e radical da Lei nos mostra a verdadeira exigência do mandamento: tomar uma cruz e segui-lo. À medida que Jesus transforma este que é o maior de todos os mandamentos, ele nos mostra um novo nível de interpretação para toda a lei de Deus. Sem Jesus, não podemos ter uma verdadeira compreensão da Lei.

Jesus transfigura a Lei no monte da Transfiguração

Quando Pedro, Tiago e João foram cegados pela glória de Jesus no monte da Transfiguração, eles também viram Moisés e Elias conversando com Jesus. Mas nem Moisés (o grande legislador) nem Elias (o mais poderoso dos profetas) acrescentaram qualquer palavra de explicação para os discípulos de Jesus. A voz do Pai que vinha da nuvem disse tudo: “Este é meu Filho amado. Ouçam-no!” (Mc 9.7). Jesus não veio para complementar ou explicar a Lei, nem apenas para viver de acordo com ela. Ele veio para *cumprir* a Lei, no sentido mais profundo. Para ouvir a vontade do Pai, precisamos ouvir Jesus. Ele cumpre e transforma toda a Lei e todos os Profetas. Na verdade, ele *é* a nova lei de Deus!

O SENHOR DA ALIANÇA CUMPRE A LEI

Jesus e os Dez Mandamentos

No fim de agosto e início de setembro de 2003, a mídia dos Estados Unidos acompanhou a história do “Juiz dos Dez Mandamentos”. O juiz Roy Moore, então presidente da Suprema Corte do Alabama, foi demitido de sua função porque se recusou a remover um grande monumento de pedra com as palavras dos Dez Mandamentos do centro jurídico do estado do Alabama em Montgomery, Alabama. O juiz Moore foi deposto em resposta a uma ação movida pela American Civil Liberties Union [Associação Americana pelas Liberdades Cívicas].

Jay Sekulow, do American Center for Law and Justice (ACLU) [Centro Americano de Lei e Justiça], havia respondido a um processo anterior do American Civil Liberties Union com uma defesa engenhosa. Uma cópia em granito dos Dez Mandamentos havia sido colocada em um parque em Elkhardt, Indiana. Quando o ACLU moveu a ação, Sekulow não argumentou que os Dez Mandamentos não são o credo de uma igreja em particular, mas somente uma declaração geral de princípios morais que foram parte da história política ocidental desde o seu início. Essa argumentação não é mais aceitável nos tribunais americanos, em que o muro entre igreja e Estado colocou cada entidade em sua própria câmara hermeticamente selada. Em vez disso, Sekulow argumentou que o propósito do granito não era religioso, mas secular e comercial. Havia sido colocado por Cecil B. DeMille para anunciar o filme de Hollywood

em que Charlton Heston no papel de Moisés desceu o monte Sinai, viu a idolatria de Israel e destruiu as tábuas de pedra dos Dez Mandamentos. É muito irônico que os mandamentos de Deus, concedidos para serem um reflexo do caráter divino, fossem defendidos em nossos tribunais, eviscerando-os não apenas de suas implicações religiosas, mas até mesmo de suas implicações morais!

Aqueles que moveram a ação estavam certos quando reconheceram a natureza religiosa dos Dez Mandamentos. Caso o ACLU conseguisse encontrar um advogado que conhecesse a Bíblia, este facilmente poderia provar a ligação inextricável dos mandamentos com o Deus de Abraão, Isaque e Jacó! (O sr. Sekulow também sabia disso, mas a sua defesa mostrou que ele também conhecia os nossos tribunais — tribunais que exigem o ateísmo público como a implicação da separação entre igreja e Estado.)

Um documento pactual entre Deus e seu povo

O contexto e o texto dos Dez Mandamentos são diferentes de qualquer outro código moral ou documento legal. São escritos para estabelecer a identidade distinta e singular do povo com o qual Deus estabeleceu um acordo pactual. Os Dez Mandamentos são um documento pactual, escrito para definir e garantir a promessa de lealdade que Israel jurou a Deus. Como muitos tratados, este dizia respeito a uma nação, nesse caso a nação que Deus havia libertado do Egito para levá-la à Terra Prometida.

Nossa sociedade respeita tratados de vários tipos. Há tratados comerciais, tratados entre países e acordos legais vinculantes entre indivíduos — como o contrato de casamento (embora tenha perdido sua natureza vinculativa no pensamento de muitos americanos). Os Dez Mandamentos fazem parte de um tratado que Deus fez com seu povo. Como o erudito Meredith Kline tem mostrado, os Dez Mandamentos no Êxodo (repetidos em Deuteronômio) têm uma forma literária semelhante a textos de tratados do antigo Oriente Médio. No preâmbulo, o senhor suserano apresenta seu

nome e reivindica a lealdade de seu vassalo. Ele cita os benefícios que concedeu e apresenta os termos e as estipulações do tratado. Uma exigência é central. O vassalo precisa se comprometer exclusivamente com o governante suserano. Não pode haver negociações com qualquer outro rei; os termos do tratado não podem ser alterados. Os deuses são convocados como testemunhas do texto do tratado. Fidelidade ao tratado trará recompensas, mas a quebra do tratado incorrerá na ira do grande rei.

Esse padrão de tratado é seguido em Êxodo 20, e o tratado é renovado em Deuteronômio 5. O Senhor, porém, não precisa invocar os deuses das nações como testemunhas do seu tratado; as Tábuas da Lei, por si sós, são seu testemunho. A Arca da Aliança é chamada de Arca do Testemunho (Êx 25.16; 40.20, TA). Do monte Sinai, Deus fala as palavras da Lei como seu testemunho e escreve seu tratado nas Tábuas de Pedra que fornece (Dt 4.10-14). A Lei é a *Torá* de Deus, seu manual de aliança para a vida na terra.

Em Deuteronômio, Moisés diz a Israel que, quando eles entram a terra, devem colocar seis tribos no monte Gerizim para declarar todas as bênçãos que resultarão da obediência à Lei pactual. As outras seis tribos no monte Ebal recitarão as maldições que os espalhará entre as nações caso sejam desobedientes (Dt 28). Em última análise, porém, apesar da infidelidade de Israel, os propósitos de misericórdia divinos não falharão. A bênção final de Deus descansará sobre o seu povo redimido (Dt 4.30-31; 30.6).

À medida que a história de Israel se desenrolava, as profecias encontradas na Lei se cumpriram. Houve renovações da aliança — em Siquém sob Josué (Js 24); na coroação de Davi (2Sm 5); na dedicação do Templo de Salomão (1Rs 8); e na Páscoa celebrada sob Josias (2Rs 23). Caso Israel tivesse permanecido fiel, essas renovações não teriam sido necessárias. Mas, à medida que sua rebelião infiel seguia o seu curso, eles constantemente desobedeciam, se arrependiam, mudavam sua conduta e novamente caíam em pecado.